

Ex-ministro Paulo Bernardo é preso em desdobramento da “lava jato”

Wikimedia Commons



Paulo Bernardo foi preso em Brasília e será levado para São Paulo. Wikimedia Commons

O ex-ministro Paulo Bernardo (Planejamento do governo Lula e Comunicações no primeiro governo Dilma Rousseff), foi preso nesta quinta-feira (23/6), em Brasília, em um desdobramento da operação "lava jato". Ele é marido da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que também é investigada. Ambos também foram alvos de mandado de busca e apreensão.

Ao todo estão sendo cumpridos 11 mandados de prisão preventiva, 40 de busca e apreensão e 14 de condução coercitiva nos estados de São Paulo, do Paraná, Rio Grande do Sul, de Pernambuco e no Distrito Federal, todos expedidos pela 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo. O responsável pelo braço da "lava jato" é o juiz federal [Paulo Bueno de Azevedo](#), que tem evitado a imprensa e colocou andamentos do processo sob sigilo.

O advogado **Rodrigo Mudrovitsch**, que representa a senadora e o ex-ministro, disse que não há motivo para o pedido de prisão preventiva de Paulo Bernardo. "A prisão não se justifica. O meu cliente não ocupa mais nenhuma função e sempre se colocou à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos", afirma.

Segundo informações do portal *G1*, Carlos Gabas, ex-ministro da Previdência do governo Dilma, também foi alvo. Ele foi levado em condução coercitiva, que é quando a pessoa presta depoimento e depois é liberada. Também são alvos de buscas a sede nacional do PT, em São Paulo, e a sede do partido em Brasília.

O jornalista Leonardo Attuch, que administra o site *Brasil 247*, foi convidado a prestar depoimento judicial. Ele já havia aparecido nas investigação da "lava jato" como suspeito de ter recebido dinheiro por serviços não executados. Segundo nota publicada no site, não se trata de condução coercitiva e sim de um convite para presta depoimento, o que, segundo o site, será atendido de forma voluntária e espontânea. No caso da Editora 247, a dúvida diz respeito a um contrato com a empresa Jamp Engenheiros Associados.

De acordo com a Polícia Federal, o objetivo da operação desta quinta-feira é apurar o pagamento de



propina, proveniente de contratos de prestação de serviços de informática, no valor de R\$ 100 milhões, entre os anos de 2010 e 2015, a pessoas ligadas a funcionários públicos e agentes públicos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Segundo a PF, há "indícios de que o ministério direcionou a contratação de uma empresa de prestação de serviços de tecnologia e informática para a gestão do crédito consignado na folha de pagamento de funcionários públicos federais com bancos privados", interessados na concessão desse tipo de crédito.

O inquérito foi aberto em dezembro de 2015, após a decisão do Supremo Tribunal Federal de que a documentação recolhida na 18ª fase da operação "lava jato" [fosse encaminhada para investigação em São Paulo](#).

De acordo com as investigações, 70% dos valores recebidos por essa empresa eram repassados a pessoas ligadas a funcionários públicos ou agentes públicos com influência no Ministério do Planejamento por meio de outros contratos — fictícios ou simulados.

As investigações estão relacionadas à colaboração premiada do advogado e ex-vereador do PT Alexandre Romano. Em seus depoimentos, Romano relatou como fez para conseguir contrato da Consist Software com o Ministério do Planejamento para executar um sistema integrado de gestão de empréstimos consignados com servidores federais, em troca de uma taxa que seria repassada a agentes públicos.

Os investigados podem responder pelos crimes de tráfico de influência, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Se denunciados e depois condenados, as penas vão de 2 a 12 anos de prisão. *Com informações da Agência Brasil.*

** Texto atualizado às 9h25 e às 9h39 do dia 23/6/2016 para acréscimo de informações.*

Date Created

23/06/2016